

Dois milhões e quinhentos mil. Esse é o número de famílias que serão beneficiadas, neste ano, com os programas governamentais de habitação e saneamento.

O nosso governo considera que uma moradia completa tem que dispor de água potável, esgoto e coleta de lixo. E esta foi a primeira mudança que fizemos nos programas habitacionais.

Outra mudança importante que adotamos foi em relação aos critérios de financiamento. Você sabe que os empréstimos para compra da casa própria anteriormente eram facilitados e dirigidos, preferencialmente, para os mais ricos. E quais foram as conseqüências dessa política? Claro que essas práticas beneficiavam mais os municípios maiores e as famílias de renda mais alta.

Por influência de alguns empreiteiros e políticos inescrupulosos, eram construídos enormes conjuntos habitacionais, que, por falta de clientes, simplesmente ficavam encalhados. Ainda temos hoje 85 mil unidades habitacionais prontas e sem ninguém morando. Isso não podia continuar.

De 95 para cá, 2 milhões e 800 mil famílias carentes puderam melhorar suas condições de habitação. Na área de saneamento, atendemos, principalmente, aos pequenos municípios onde a falta de água tratada e de rede de esgoto põe em risco a vida de crianças e recém-nascidos.

Essa política está reduzindo a mortalidade infantil nessas áreas em até 20%. E o importante é que não somos nós, aqui, em Brasília, que decidimos onde devem ser aplicados os recursos do FGTS que financiam a maioria desses programas. Quem decide são os conselhos estadu-

ais, que têm a participação dos governadores, dos prefeitos e de representantes da comunidade. Esses conselhos ajudam o Governo a evitar as distorções e localizam os projetos em áreas e nas condições em que a população deseja morar.

Como resultado desses cuidados, temos, hoje, cerca de 2.700 obras de saneamento e habitação em andamento. Em mais de 2.200 cidades, ou seja, em quase a metade dos municípios brasileiros, há, pelo menos, uma obra sendo feita.

Esses projetos trazem outro grande benefício: o aumento da oferta de emprego. Vou mencionar dois exemplos de obras que melhoram a qualidade de vida e geram empregos. A primeira, no município de Teotônio Vilela, em Alagoas. Lá, estamos implantando o primeiro sistema completo de esgoto sanitário no interior do estado. A cidade faz parte do programa do Comunidade Solidária de redução da mortalidade Infantil. Com o sistema de tratamento e coleta de lixo, a qualidade de vida de toda a população vai melhorar. E, com isso, o alto índice de mortalidade infantil será reduzido.

O outro exemplo de obra em andamento está na favela Vila Gilda, na cidade de Santos, litoral de São Paulo. A favela Vila Gilda existe há 40 anos. Tem 16 mil moradores e os maiores índices de caso de cólera do município. E não é para menos. Na favela, faltam rede de esgotos, de água e de energia elétrica.

Nós, do Governo Federal, nos juntamos ao governo do estado e à prefeitura santista para urbanizar a favela, fazendo obras de infra-estrutura, de habitação e apoiando o desenvolvimento da comunidade.

Além dos programas para as famílias que recebem até três salários mínimos, temos o programa Carta de Crédito, voltado para aquelas com renda de até 12 salários. Nesse caso, o financiamento é direto, com recursos do FGTS. Portanto, é um dinheiro do trabalhador que volta para o trabalhador.

Todo esse trabalho depende do esforço de muita gente. É por isso que vamos trabalhar diretamente com os mais de cinco mil prefeitos que acabam de tomar posse. Eles têm um papel fundamental, porque conhecem a realidade de suas comunidades.

Precisamos melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros. E qualidade de vida começa com um teto para morar, um teto com rede de água, de esgoto e coleta de lixo. Cuidando de nossas casas, de nossas cidades, estamos cuidando do nosso país, que é o teto de todos os brasileiros.